



CLIPPING



24 de
Março
2022

**ORIXIMINÁ****Delegado
Fonseca volta
à prefeitura****ANDRIA ALMEIDA**
DA REDAÇÃO

Decisão judicial de terça-feira, 22, do juiz Wallace Carneiro de Sousa, da Comarca de Oriximiná, reconduziu o delegado Willian Fonseca ao cargo de prefeito de Oriximiná, depois de ele ter sido cassado pela Câmara Municipal. Segundo a decisão, a Câmara não tinha autonomia para julgar a ação que cassou o prefeito, pois esta deveria passar pelo Judiciário. A ação determinou a reintegração imediata de Fonseca ao cargo de prefeito.

"Portanto, o procedimento instaurado pela Câmara, caso o fato investigado típico fosse, padeceria também de uma questão de ordem pública, mais especificamente quanto a competência para processar os fatos investigados, pois, conforme distinção feita pelo próprio Decreto Lei 201/67, caberia ao Poder Judiciário o julgamento de tais fatos e não ao Poder Legislativo, como o fez", destacou o trecho da sentença. Ainda na noite desta terça-feira (22) foram feitas 16 exonerações de peças-chaves do atual governo municipal. Segundo fontes ouvidas por O Liberal, após a disponibilização da sentença no sistema da Justiça Estadual, apoiadores de Fonseca invadiram o prédio da Prefeitura e trocaram a foto do gestor interino pelo recém reempossado. Em nota, o prefeito Argemiro Diniz chamou de arbitrária a invasão da sede Prefeitura de Oriximiná pelo grupo do Delegado Fonseca. A nota enfatizou que o prefeito Argemiro foi orientado pelo juiz a entregar a chave da prefeitura somente depois que fosse notificado, decisão que não foi respeitada. "Ontem mesmo, começaram as exonerações dos servidores. Por fim, acreditamos que a justiça será feita", concluiu a nota.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Açaí vira código para denúncia**VALÉRIA NASCIMENTO**
Da Redação

Uma mulher vítima de violência doméstica utilizou uma forma inusitada para pedir socorro ao Centro Integrado de Operações (Ciop), na manhã de ontem. Ela ligou para o 190, canal de denúncia de urgência e emergência mantido pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup). Durante o atendimento, a vítima pediu “açaí”, usando um código para informar que precisava de ajuda. Essa é uma estratégia que vem sendo utilizada por mulheres vítimas de violência doméstica em todo o País.

Após o atendimento, uma viatura da Polícia Militar foi deslocada até o local indicado, onde os policiais socorreram a vítima. Em seguida, o agressor foi localizado, detido e apresentado na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), em Ananindeua.

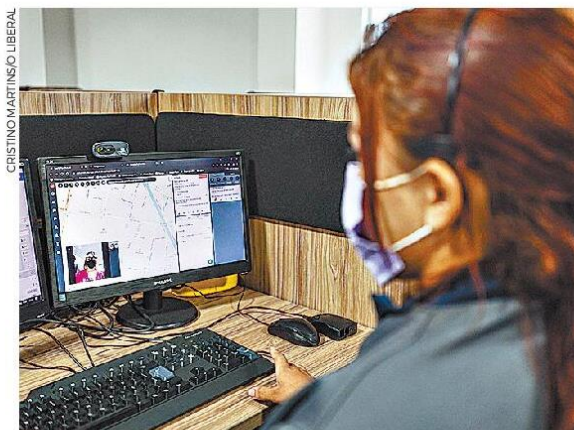
Durante a ligação, a vítima sinalizou ajuda ao atendente simulando que estava pedindo algo para ser entregue no domicílio. “Ela ligou pedindo um açaí. Ainda na ligação, perguntei de onde ela falava e qual endereço estava. Após confirmação do ende-

reço, questionei se ela estava em perigo, e ela confirmou. Diante das respostas secas e diretas pude identificar que se tratava de uma ligação verídica. Imediatamente direcionei a ligação ao despachante, que deslocou a viatura ao local indicado”, contou a atendente do Ciop que recebeu a chamada.

Uma viatura da Polícia Militar foi logo enviada ao local. O agressor já havia saído da casa, mas os policiais saíram em ronda pelas redondezas, e o encontraram. Ele foi conduzido à unidade policial. A vítima passou a integrar o programa de medidas protetivas, e contará com acompanhamento e orientação das equipes policiais.

O secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa

Social, Ualame Machado, reforça a importância da denúncia e o treinamento dos atendentes para decodificar as mensagens passadas nas chamadas ao 190. “É importante que a vítima ligue para o 190 e colabore conosco, para que possamos saber o que ocorre dentro do lar. No caso específico, a vítima, além de ter ligado pro 190 do Ciop, também utilizou de um artifício para que seu agressor não soubesse e não identificasse que estava acionando a polícia. Ao fazer o pedido de açaí, os nossos agentes, como são treinados para qualquer tipo de situação que envolva uma violência, perceberam que ali estava sendo feito um pedido de ajuda”, explicou o titular da Segup.



Atendente decodificou o pedido de socorro e enviou viatura

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ACABOU DE SAIR DA CADEIA E FOI PRESO DE NOVO FLAGRADO COM MACONHA

Durante rondas pelas ruas do distrito de Outeiro, em Belém, policiais militares colocaram atrás das grades Lucas Mateus Teixeira da Silva, que recentemente havia recebido liberdade condicional do Poder Judiciário

FISCALIZAÇÃO

JR Avelar

Lucas Mateus Teixeira da Silva não resistiu à liberdade que ganhou da Justiça. Ao voltar para Outeiro, distrito de Belém, ele reincidiu na mesma prática criminosa que o levou novamente à cadeia.

O criminoso foi preso durante a Operação Duas Rodas, instituída pelo tenente-coronel Formigo, comandante do 26º Batalhão Carateua, após incursões do serviço de patrulhamento na ilha.

Durante a operação no bairro da Brasília, quando os militares passavam pela rua do Amor, visualizaram dois suspeitos que comercializavam drogas na maior cara dura, em plena luz do dia.

Na abordagem, um deles conseguiu correr entre as casas, enquanto o segundo foi flagrado com 19 petecas de maconha.

O detido foi identificado como Lucas Mateus Teixeira da Silva, que já responde por tráfico de drogas e estava em liberdade condicional concedida pela Justiça.

O rapaz acabou conduzido até a delegacia de Polícia Civil de Outeiro, onde ficou aos cuidados do delegado Jivago de Freitas, que o autou em flagrante pelo crime de tráfico de drogas.

Como o movimento na região caiu bastante devido ao problema da ponte, os traficantes passaram a se virar nos 30 para agir.



O criminoso comercializava drogas na hora em que foi visto pela guarnição
FOTOS: DIVULGAÇÃO



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PORTADOR DE HIV ACUSADO DE ESTUPRAR AS FILHAS É DETIDO

Jesus Serrão contaminou as crianças e a esposa, em Baião, região sudeste do Pará

ATROCIDADE

JR Avelar

Por determinação da Justiça da cidade de Baião, na região sudeste paraense, a Polícia Civil, através da Superintendência Regional do Baixo Tocantins, cumpriu mandado de prisão preventiva contra Jesus Serrão Gonçalves, acusado de crime de estupro de vulnerável.

O indiciado em inquérito policial foi preso na manhã da última terça-feira (22), no centro de Baião. Ele já cumpre prisão preventiva devido ao mandado expedido pela vara criminal do município.

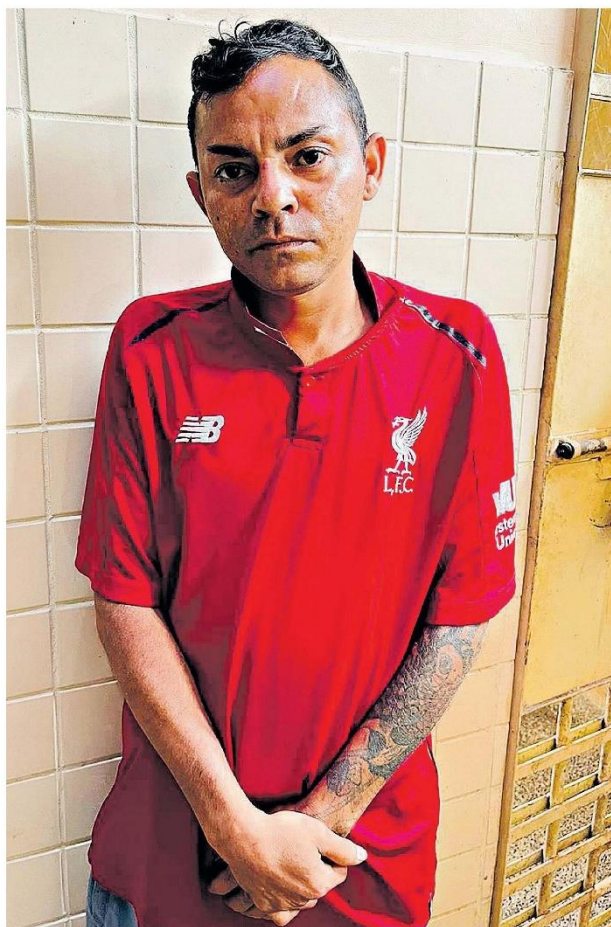
Segundo as informações apuradas pela reportagem, Jesus Serrão Gonçalves foi alvo de inquérito policial, depois de ter sido denunciado pelo crime de estu-

pro de vulnerável praticado contra suas filhas e com um agravante: ele está na condição de soropositivo, ou seja, transmitiu o vírus do HIV para as crianças, além de contaminar a própria esposa.

A Polícia Civil de Baião foi acionada e durante o trâmite do inquérito chegou uma informação ainda mais relevante. Em razão da manifestação do vírus uma das crianças faleceu em 2021.

Jesus Serrão Gonçalves foi indiciado em inquérito policial e o delegado responsável pelo caso representou pela sua prisão preventiva, que acabou deferida pela Justiça e cumprida na última terça-feira (22).

Ele foi encontrado no centro da cidade de Baião e não esboçou reação ao ser preso e encaminhado à delegacia de Polícia Civil, onde foi ouvido e colocado à disposição do Sistema Penal, com o fato comunicado ao Poder Judiciário do município.



O suspeito não esboçou nenhum tipo de reação no momento da prisão. Ele já está à disposição do Poder Judiciário
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPF, MPPA e Prefeituras debatem soluções para poluição do rio Tapajós pelo garimpo

A preocupação com o impacto da atividade garimpeira na bacia do Tapajós aumentou no início do ano, quando as águas de Alter do Chão, na foz da bacia, ficaram visivelmente turvas.

Por g1 Santarém e Região — PA

23/03/2022 15h04 Atualizado há 20 horas



Imagens mostram contaminação do rio Tapajós por garimpo ilegal em paraíso ambiental em Alter do Chão —

Foto: JN

Reunião entre Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e representantes dos municípios da bacia do Tapajós, terça-feira (22), em [Santarém](#), no oeste do estado, debateu soluções para a poluição do rio pelas atividades garimpeiras que ocorrem sobretudo em Jacareacanga e Itaituba, mas atingem toda a região.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

•
A preocupação com o impacto da atividade garimpeira na bacia do Tapajós aumentou no início do ano, quando as águas de Alter do Chão, na foz da bacia, ficaram visivelmente barrentas, poluídas por sedimentos vindos dos garimpos, a maioria ilegais, nas áreas do alto e do médio curso do rio.

Além dos municípios de Jacareacanga, Itaituba, Trairão e [Santarém](#), participaram da reunião representantes da Polícia Federal, Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas), Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Agência Nacional de Mineração (ANM) e Associação Nacional do Ouro (Anoro).

Apesar de ser permitida pelos municípios, a atividade garimpeira tem impactos com abrangência regional, ultrapassando os limites de cada cidade, daí a necessidade de dialogar com as prefeituras.

De acordo com uma resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema), as prefeituras podem emitir permissões para garimpos, mas a premissa dessas licenças é de que os impactos são apenas locais, o que não se confirma na realidade.

Quando as águas da foz do Tapajós ficaram barrentas em janeiro, peritos da Polícia Federal, Ibama e MPF sobrevoaram a bacia e constataram que foi o despejo de sedimentos em grande quantidade nos afluentes tomados por garimpos nos municípios de Jacareacanga e Itaituba que deixou as águas turvas em [Santarém](#). Além da turbidez, há rejeitos tóxicos de cianeto e mercúrio que, comprovadamente, ameaçam a saúde pública em toda a região.

De acordo com o MPF e MPPA, um dos grandes problemas é que a atividade garimpeira é permitida sem que sejam feitas avaliações dos impactos ambientais, em nenhum dos municípios. O problema foi admitido também pela ANM, que afirmou na reunião que não fiscaliza parâmetros ambientais ao conceder licenças para garimpo.

Os representantes do ICMBio cobraram dos municípios a consulta para permissões de lavra garimpeira dentro de unidades de conservação, e o

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

representante da prefeitura de Jacareacanga admitiu que não consulta, apenas comunica o órgão.

Para o MPF, a ilegalidade da maior parte dos garimpos, assim como a falta de controles administrativos e ambientais pela ANM e pelos municípios sobre a atividade é que provoca a poluição e também os muitos conflitos. Garimpeiros promoveram nos últimos anos ataques a fiscais ambientais, a agentes da PF e até em aldeias indígenas.

“A ANM tem a obrigação legal de avaliar ambientalmente os requerimentos de garimpo, assim como bloquear aqueles que estão sobrepostos em áreas proibidas, como algumas unidades de conservação e as terras indígenas, mas isso não acontece na prática”, disse o procurador da República Paulo de Tarso Moreira Oliveira.

Regulação da atividade garimpeira

Durante a reunião, a Agência Nacional de Mineração alegou não possuir tecnologia para bloquear os requerimentos em áreas protegidas.

A Anoro, que foi representada na reunião pelo consultor Fernando Flexa Ribeiro, informou que está preparando um projeto piloto de um garimpo ambientalmente regulado na região do Mamoal, em Jacareacanga, mas o ICMBio questionou o fato do projeto estar localizado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós, onde o município emitiu 13 permissões de lavra garimpeira sem a anuência do órgão ambiental.

A Semas informou que vai criar um observatório dos usos múltiplos da bacia do Tapajós e o representante da prefeitura de [Santarém](#) expressou a preocupação com os impactos para o turismo, que é uma das principais atividades econômicas do município.

A promotora de Justiça Lilian Braga, do MPPA, afirmou a importância do diálogo entre as instituições mas lembrou que foram feitas ameaças a servidores públicos e que o ciclo de agressões, ameaças e conflitos promovidos pelos

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

garimpeiros na região oeste do Pará precisa acabar para que as soluções dialogadas sejam possíveis.

Já o procurador da República Paulo de Tarso, disse que o licenciamento ambiental não pode ser uma estrutura vazia ou um mero instrumento de ação política e econômica dos municípios, precisa cumprir o objetivo de salvaguardar o meio ambiente. "A burocracia vazia não vai melhorar a qualidade das águas do rio Tapajós", pontuou.

Novos diálogos serão agendados entre os municípios da bacia e os órgãos ambientais e de controle.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br